


REVISTA DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL Mato Grosso do Sul

Revista Direito Notarial e Registral Mato Grosso do Sul – ANO III – Nº 12 – julho a setembro de 2023

A professional portrait of Alexandre Magno Benites de Lacerda, a man with short brown hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a light-colored tie. He is looking directly at the camera with a neutral expression.

Procurador-geral da Justiça
do MP/MS, Alexandre Magno
Benites de Lacerda fala das
metas para seu segundo mandato
e da parceria do órgão com os
cartórios extrajudiciais

**“Os cartórios
têm uma função
muito relevante
para a evolução
da República”**



4 Registro de Imóveis

4 Registro de Imóveis

Projeto “Bônus Moradia”, do Governo do Estado, auxilia no financiamento da casa própria



7 Judiciário

7 Judiciário

“Quanto maior a prevenção, menor é a possibilidade de conflitos e violências”
Juíza Jacqueline Machado



16 Registro Civil

10 Tabelionato de Notas

XI Fórum Jurídico de Lisboa debate a tokenização e o impacto digital na atividade cartorária

12 Capa

“Os cartórios têm uma função muito relevante para a evolução da República”
Procurador-geral de Justiça de MS,
Alexandre Magno Benites de Lacerda



20 Legislativo

16 Registro Civil

Respeito à identidade: MS registra aumento nos pedidos de redesignação de nome e gênero em Cartórios de Registro Civil

20 Legislativo

“Os cartórios desempenham um papel fundamental na vida dos cidadãos”
Deputado estadual MS,
Pedro Pedrossian Neto



24 Tabelionato de Protesto

24 Tabelionato de Protesto

Quase 60% das dívidas enviadas a Protesto são pagas em até três dias

26 Especial

8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS) investe em estrutura mais espaçosa e confortável

A **Revista de Direito Notarial e Registral do Mato Grosso do Sul** é uma publicação bimestral da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS).

Presidente

Leandro Augusto Neves Correa

Vice-Presidente

José Paulo Baltazar Júnior

Secretário

Naymi Salles Fernandes
Silva Torres

Tesoureiro

Elder Gomes Dutra

Jornalista Responsável

Alexandre Lacerda Nascimento

Editora

Larissa Luizari

Redatores

Danielle Campeze, Frederico
Guimarães, Juliana Zanlorenzi
e Larissa Luizari

Projeto gráfico e diagramação

MW2 Design

Impressão e CTP

JS Gráfica e Editora
Telefax: (11) 4044 4495
email: js@jsgrafica.com.br
URL: www.jsgrafica.com.br



EDITORIAL



“Para os cartórios, é imensamente gratificante poder estar presente em tantos espaços e fazer a diferença na vida da população”

A função social dos Cartórios

Os cartórios extrajudiciais têm uma importante função social, que é fornecer as melhores soluções de forma ampla, eficiente e ágil, e para que isso seja possível, há tempos vêm integrando seus serviços por meio de alta tecnologia, garantindo, assim, a melhor experiência para o usuário, e com segurança jurídica.

Acompanhando o ritmo das mudanças da sociedade e do mundo, os cartórios deixaram de ser sinônimo de burocracia para ganhar um lugar efetivo na era digital, mostrando como a cada dia são capazes de melhorar seus serviços, oferecendo não apenas o essencial, mas também inovação.

Os convênios do Ofício da Cidadania, a integração por meio do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), a plataforma e-Notariado, a extrajudicialização de atos são alguns exemplos dos avanços da atividade.

E aliada a esse compromisso com a inovação, a qualidade, a eficiência e a segurança dos serviços extrajudiciais está a capilaridade. Os cartórios estão presentes em todo território nacional, garantindo, assim, que seus serviços atinjam o maior número de pessoas. Dessa forma, cada vez mais parcerias se formam com órgãos públicos, promovendo um atendimento mais amplo e ágil à sociedade.

Para os cartórios, é imensamente gratificante poder estar presente em tantos espaços e fazer a diferença na vida da população. É para isso que trabalhamos incansavelmente, para ver nosso trabalho garantindo direitos e levando cidadania a um número cada vez maior de pessoas.

Boa leitura!

Leandro Corrêa
Presidente da Anoreg/MS

Projeto “Bônus Moradia”, DO GOVERNO DO ESTADO, AUXILIA NO FINANCIAMENTO DA CASA PRÓPRIA

Parceria entre Governo e Cartórios de Registro de Imóveis
é fundamental para assegurar a regularização dos imóveis





Lançado em junho pelo Governo estadual, o projeto “Bônus Moradia”, faz parte do Programa “MS Moradia”. A ação tem como objetivo auxiliar o interessado a comprar a casa própria financiada, disponível no mercado de imóveis, com a facilitação de um bônus.

Atualmente, o valor máximo de financiamento é de 80% do valor do imóvel, restando 20% que deve ser suportado pela família a título de entrada na compra do imóvel. Desta forma, considerando a falta de capacidade financeira, a necessidade de pagamento do valor referente a entrada, acaba inviabilizando a aquisição da casa própria financiada.

Para atender esse ponto crítico o Governo do Estado lançou o projeto que tem subsídio variante de R\$ 6 a R\$ 25 mil, conforme a renda familiar comprovada e o município. Podem participar familiar cuja renda familiar seja de R\$ 1,5 a R\$ 6,5 mil, que não possuam casa própria, que não tenham sido beneficiados com casa em outro programa habitacional e que sejam aprovados na análise da Instituição Financeira.

Segundo Maria do Carmo Avesani Lopez, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab), a grande dificuldade das pessoas interessadas na aquisição da casa própria financiada é a disponibilidade do valor de entrada na compra do imóvel.

Desta forma, considerando a necessidade de implementar ações viabilizando acesso ao atendimento habitacional, o Estado de Mato Grosso do Sul, através da Agehab, criou o projeto para atender uma parcela da população que tem condições de acesso ao financiamento da casa própria, contudo



Diretora-presidente da Agehab/MS, Maria do Carmo Avesani Lopez ressalta que a **colaboração entre cartórios e autoridades governamentais é de suma importância**

“Colaboração entre cartórios e autoridades governamentais não apenas contribui para a segurança jurídica, mas também otimiza as operações relacionadas aos imóveis, resultando em um ambiente mais propício para transações imobiliárias transparentes e bem-sucedidas”

Maria do Carmo Avesani Lopez, diretora-presidente da Agehab/MS



Para o **vice-presidente da Anoreg/MS, José Baltazar**, quanto mais imóveis regulares, mais relevante se torna o serviço dos cartórios

“A nossa função social é fornecer as melhores soluções para os registros públicos, de forma ampla, e o mercado imobiliário em particular, de forma eficiente, contemporânea e ágil”

José Paulo Baltazar Júnior, vice-presidente da Anoreg/MS e titular do 3º Registro de Imóveis de Campo Grande (MS)

não dispõem de recursos necessários para o valor referente a entrada da compra.

Para Maria do Carmo, os cartórios podem atuar junto ao governo, priorizando os imóveis pertencentes a empreendimentos cadastrados na Agehab enquadrados para receberem o bônus moradia.

A diretora-presidente da Agehab ressaltou que a realização da regularização fundiária é um processo que envolve a participação de diversos atores, sendo o Cartório de Registro de Imóveis um dos protagonistas indiscutíveis nesse cenário, visto que eles detêm a responsabilidade pelo registro dos títulos nas matrículas dos imóveis.

“O imóvel regularizado desempenha um papel essencial na garantia de mais segurança jurídica para os proprietários, terceiros e para o próprio cartório”, destacou Maria do Carmo. Para ela, a colaboração entre o Cartório de Registro de Imóveis e as autoridades governamentais é de suma importância para assegurar a realização eficaz da regularização fundiária.

“Esse alinhamento não apenas contribui para a segurança jurídica, mas também otimiza as operações relacionadas aos

imóveis, resultando em um ambiente mais propício para transações imobiliárias transparentes e bem-sucedidas”, finalizou a diretora-presidente.

Em pouco mais de um mês da instituição do projeto, aproximadamente 300 solicitações de reserva de subsídio foram solicitadas. A estimativa é de que sejam oferecidas 770 moradias em Campo Grande e 250 em Dourados, além de unidades habitacionais em outros 20 municípios do interior.

A previsão é de contratação, ainda este ano, de 2.210 unidades com custo de até R\$ 208 mil. Atualmente, o projeto tem oferta de unidades de 19 empresas em Campo Grande, Aparecida do Taboado, Corumbá, Dourados, São Gabriel do Oeste, Sidrolândia e Três Lagoas.

“Considerado o déficit habitacional existente no Brasil, toda iniciativa que facilite o acesso das populações mais carentes à moradia digna merece aplausos”, ressaltou José Paulo Baltazar Júnior, vice-presidente da Associação de Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS) e titular do 3º Registro de Imóveis de Campo Grande (MS). Para ele, quanto mais imóveis regulares, mais relevante se torna o serviço dos cartórios, que proporciona

segurança jurídica para as negociações imobiliárias.

O registrador explicou que, como o trâmite imobiliário tem certas complexidades, necessárias para garantir a segurança dos negócios, o cartório tem o dever de esclarecer dúvidas para o usuário e buscar soluções. “Quando o usuário busca o cartório e o documento é devolvido, a melhor prática é entregar um documento que esclareça, em linguagem simples e direta, o que deve ser feito para possibilitar o registro”, disse.

Na serventia, explica Baltazar, é possível que a nota de exigência indique claramente o caminho ao usuário, orientando, por exemplo, em qual setor da Prefeitura ou da Receita Federal pode ser obtido algum documento faltante, ou de que modo o documento pode ser adaptado ou ajustado junto ao Banco para que o título possa ser lançado na matrícula e assegurado o direito do cidadão.

Por fim, o vice-presidente da Anoreg/MS resalta que tanto registradores e notários quanto as entidades de classe têm que estar em constante diálogo com os poderes públicos, em especial com o Poder Judiciário, que é o regulador, mas também com as Prefeituras, o INCRA, as secretarias de Fazenda Estaduais e Municipais.

“Assim, também com os usuários e o mercado ou grandes usuários, como as construtoras, loteadoras, incorporadoras e instituições financeiras, a nossa função social é fornecer as melhores soluções para os registros públicos, de forma ampla, e o mercado imobiliário, em particular, de forma eficiente, contemporânea e ágil, e para isso é necessário integrar os serviços com usuários particulares e públicos na busca das melhores soluções para a sociedade”, finalizou Baltazar.

Condições para participar do projeto Bônus Moradia:

- Estar cadastrado no Banco de inscritos da Agehab/MS;
- Ter renda familiar mínima de R\$ 1.500,00 e máxima de R\$ 6.500,00;
- Não possuir casa própria;
- Não ter sido beneficiado com casa em outro programa habitacional;
- Ser aprovado na análise da Instituição Financeira.

“Quanto maior a prevenção, MENOR É A POSSIBILIDADE DE CONFLITOS E VIOLÊNCIAS”

Juíza auxiliar da CGJ/MS e destaque na luta contra a violência contra a mulher, Jacqueline Machado vê, nos cartórios, um importante aliado

Jacqueline Machado, juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, é reconhecida pela atuação em favor das mulheres.





Com premiada atuação no combate da violência contra a mulher, a juíza auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul (CGJMS) Jacqueline Machado reconhece que, na magistratura, o exercício da atividade deve ir além da toga. Para ela, há vidas envolvidas nos conflitos e existem ações que auxiliam na prevenção destes.

Ao considerar que a violência contra as mulheres é uma epidemia no mundo todo, a magistrada ressalta que não basta dar sentença e punir os agressores, é preciso ações para a prevenção e a reeducação/reflexão sobre esse tipo de violência, suas causas e suas consequências.

Segundo Jacqueline, dada a atuação séria, orientada e responsável dos cartórios, somada à possibilidade da desjudicialização de muitos conflitos, que podem ser solucionados nos próprios cartórios, prevenindo uma contenda judicial ou acelerando o seu fim, é de extrema importância a atuação das serventias para a redução dos índices de violência contra as mulheres.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – A senhora é reconhecida por fazer com que o trabalho fosse além da toga e da tribuna, desenvolvendo projetos e iniciativas sociais. O que a motivou?

Juíza Jacqueline Machado - Sempre vi a magistratura como algo além de apenas processos. Temos vidas envolvidas nos conflitos que geram os processos e existem algumas ações que auxiliam na prevenção de tais conflitos. Então, o que me motivou sempre foram as causas que envolvem a vida da comunidade e dos jurisdicionados, foi assim quando atuei na infância no interior do Estado e também na violência doméstica contra as mulheres no interior e na capital.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – A senhora tem uma atuação extremamente relevante na luta contra a violência da mulher. Qual a importância de atuações como essa?

Juíza Jacqueline Machado - A violência contra as mulheres é uma epidemia no mundo todo. No nosso Estado não é diferente, e a grande causa de altíssimos índices de violência contra as mulheres é a desigualdade de gênero. Assim, não basta dar sentença e punir os agressores, é preciso ações para a prevenção e a reeducação/reflexão sobre esse tipo de violência, suas causas e suas consequências.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Ao longo dos anos, as mulheres têm conquistado cada vez mais seu espaço, mas ainda há um longo caminho para se alcançar a equidade entre gêneros. O que a senhora acredita que falta?

Juíza Jacqueline Machado - O que realmente falta é uma educação antissexista. Ainda temos uma forte cultura patriarcal e machista em nossa sociedade e já está provado que países que tem maior igualdade de gênero também possuem números muito pequenos de violência contra as mulheres.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Como a senhora vê essa luta em defesa das mulheres e crianças no Estado sul-mato-grossense?


Juíza Jacqueline Machado - Vejo que o Estado está muito avançado neste enfrentamento, tem políticas públicas e órgãos bem estruturados para o combate de tais violações de direitos humanos de mulheres e crianças, apesar de termos uma grande parte da sociedade culturalmente conservadora e machista e por isso mantermos altos índices deste tipo de violência. A Casa

“Vejo que o Estado está muito avançado neste enfrentamento, tem políticas públicas e órgãos bem estruturados para o combate de tais violações de direitos humanos de mulheres e crianças”

da Mulher Brasileira representou um grande avanço no enfrentamento da violência contra mulheres e meninas e acredito que ainda tem muito a evoluir e auxiliar a sociedade sul-mato-grossense.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – O Provimento nº 147, de julho de 2023, dispõe sobre a política permanente de enfrentamento a todas as formas de violência contra a mulher, no âmbito das atribuições da Corregedoria Nacional de Justiça. Como notários e registradores podem colaborar no combate a este tipo de violência?

Juíza Jacqueline Machado – Entendo que todos nós, como pessoas que fazem parte de uma sociedade, podemos e devemos auxiliar no enfrentamento dessa violência de gênero e isso se faz no dia a dia, denunciando, acionando a polícia quando se depara com alguma violência, educando os nossos filhos para a igualdade e a não violência. Agora, os notários e registradores têm a possibilidade de auxiliar ainda mais, pois atendem



“Notários e registradores têm a possibilidade de auxiliar ainda mais, pois atendem diariamente inúmeras pessoas, então podem participar de campanhas contra a violência, capacitar seus colaboradores para identificar e orientar mulheres em situação de violência”

diariamente inúmeras pessoas, então podem participar de campanhas contra a violência, capacitar seus colaboradores para identificar e orientar mulheres em situação de violência sobre a existência de uma rede de atendimento onde ela pode buscar orientação e ajuda. São inúmeras as possibilidades.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Em 2021, a campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, já havia ampliado a rede de suporte às mulheres que sofrem com as agressões vindas de quem divide o mesmo teto, quando os cartórios de todo o Brasil passaram a integrar a lista de estabelecimentos aptos a receber as vítimas e acionar a polícia para registrar a ocorrência. Como avalia a iniciativa desta campanha?

Juíza Jacqueline Machado – A Campanha Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica foi pensada e desenvolvida por um grupo de trabalho criado pelo Conselho Nacional de Justiça, do qual eu fui integrante, para

uma época muito difícil para as mulheres denunciarem seus agressores em razão da pandemia do Covid-19. E, em razão da sua importância, a campanha que inicialmente iria se restringir às farmácias acabou por se espalhar para outros âmbitos e, nos cartórios, encontrou um local muito propício à campanha. E essa campanha foi tão exitosa, principalmente quanto à visibilidade do enfrentamento de toda a sociedade à violência doméstica, que não se exauriu com o fim da pandemia, persiste até hoje.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – De que forma os cartórios podem auxiliar em outros projetos e iniciativas?

Juíza Jacqueline Machado – Existem muitas demandas desta camada da população que é vítima de violência, demanda por documentação, sabe-se que existem elevados índices de registros de agressores, que, além das outras violências cometidas contra a mulher, também destroem a documentação dela e dos filhos, na tentativa de impedir o acesso ao direito de ação, ao atendimento

médico etc. Ainda, existe a violência patrimonial, mulheres que são coagidas a assinar documentos, transferir bens, sendo nos cartórios que isso pode ser melhor observado, e, nesse sentido, a qualificação dos atendentes e a adesão às campanhas de informação sobre os direitos das mulheres mostra-se um bom caminho.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Qual a importância dos cartórios e, também, da consequente desjudicialização nesse cenário?

Juíza Jacqueline Machado - A atuação séria, orientada e responsável do cartório somada à possibilidade da desjudicialização de muitos conflitos que podem ser solucionados nos próprios cartórios, prevenindo uma contenda judicial ou acelerando o seu fim, é de extrema importância para a redução dos índices de violência contra as mulheres. Quanto maior a prevenção e/ou mais célere a resolução das situações que envolvem as partes, menor é a possibilidade de conflitos e violências decorrentes de situações pessoais ou patrimoniais não resolvidas.

XI Fórum Jurídico de Lisboa

DEBATE A TOKENIZAÇÃO E O IMPACTO DIGITAL NA ATIVIDADE CARTORÁRIA

Com mais de 1.500 participantes e auditórios lotados, evento reuniu grandes nomes e autoridades de Brasil e Portugal

Lisboa (Portugal) – Com o tema central “Governança e Constitucionalismo Digital”, foi realizado entre os dias 26 e 28 de junho o XI Fórum Jurídico na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.

O encontro foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (ICJP) e pelo Centro de Inovação, Administração e Pesquisa do Judiciário da Fundação Getúlio Vargas Conhecimento (Ciap/FGV). Com mais de 1.500 participantes e auditórios lotados, o evento teve como objetivo dialogar sobre desafios, visões e diferentes aplicações de tecnologias como fator estratégico de governança para gerar conhecimento e inovação, de modo a alcançar melhorias na qualidade de vida da sociedade.

O Fórum ocorre anualmente com o intuito de debater grandes questões do Direito no Estado contemporâneo. Em sua décima primeira edição, foi abordado um panorama sobre a relação entre os principais aspectos associados à gestão pública e democracia, bem como princípios, plataformas, metodologias, processos e tecnologias digitais. Com temáticas transversais, buscou-se maior compreensão do debate atual sobre a avaliação dos impactos socioeconômicos gerados pelo avanço tecnológico, conjuntamente com as mudanças sociais.

Estiveram presentes, com importantes manifestações, o presidente da República de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, o ex-presidente do Brasil, Michel Temer, o presidente do Congresso Nacional brasileiro, Rodrigo Pacheco, o presidente da Câmara Federal do Brasil, Arthur Lira, o vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckimin, o ministro da Justiça brasileira Flávio Dino,



“Tokenização: o impacto digital na atividade cartorária” foi o tema da mesa que contou com a presença do ministro do STF Antonio Saldanha Palheiro, do senador Wilder Morais, da presidente e do diretor do CNB/CF, Giselle de Barros e Hércules Benício

vários ministros do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, dentre eles o ministro Gilmar Mendes, coordenador do evento e o ministro Luis Felipe Salomão, corregedor-nacional de Justiça.

Para o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (TJ/MS), Ruy Celso Barbosa Florence, que esteve presente no evento, o Fórum foi importante para consolidar assuntos pertinentes ao Direito e a política de ambos os países, além de agregar para o aprendizado do público presente.

“Na qualidade de membro da Corte de Justiça estadual, condição da qual

“Eventos dessa magnitude permitem que o serviço extrajudicial dialogue com a comunidade jurídica, levando os avanços da classe ao conhecimento de todos”

Leandro Augusto Neves Corrêa,
diretor legislativo do CNB/CF

“Na qualidade de membro da Corte de Justiça estadual, tive oportunidade de aprender com o alto nível dos debates travados durante o Fórum, dele auferindo muitos subsídios para o trabalho cotidiano”

Ruy Celso Barbosa Florence,
desembargador do TJ/MS



Representantes do Colégio Notarial do Brasil ao lado do ministro do STF Gilmar Mendes, que foi o organizador do evento

não se despe, especialmente em um congresso jurídico, tive oportunidade de aprender com o alto nível dos debates travados durante o Fórum, dele auferindo muitos subsídios para o trabalho cotidiano, sempre complexo, de julgar fatos sociais, como para a atividade docente que exerço na Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e na instituição privada Insted, em Campo Grande, onde coordeno o curso de Direito”, afirma Florence.

TOKENIZAÇÃO

Uma das mesas do evento abordou a “Tokenização: o impacto digital na atividade cartorária”. Estiveram presentes na mesa o ministro do Superior Tribunal

de Justiça do Brasil, Antonio Saldanha Palheiro, o senador da República Wilder Moraes, a presidente do Colégio Notarial do Brasil - Conselho Federal (CNB/CF), Giselle Oliveira de Barros, a tabeliã do 15º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, Fernanda Leitão, o presidente do Colégio Notarial do Brasil - Distrito Federal (CNB/DF), Hércules Benício, além dos advogados Luiz Rodrigues Wambier e Freddie Didier.

“Foi importante debater o tema da representação digital de ativos e como isso pode ser feito nos tabelionatos de notas quanto a transferência de ativos por meio de escritura pública. Deixar bem claro que há uma distinção entre essa transferência que gera direito obrigacional do registro dos títulos no cartório de registro de imóveis que constitui o direito real de propriedade. Com relação a tokenização, a Corregedoria do Rio Grande do Sul já havia editado Provimento para tratar do tema em 2021”, esclarece o presidente do CNB/DF, Hércules Benício.

Para o diretor legislativo do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), Leandro Augusto Neves Corrêa, o Fórum Jurídico de Lisboa foi “um evento muito importante dentro da comunidade jurídica, já que grandes nomes do Direito brasileiro e estrangeiro estiveram presentes apresentando temas relevantes”.

“Eventos dessa magnitude permitem que o serviço extrajudicial dialogue com a comunidade jurídica, levando os avanços da classe ao conhecimento de todos. A troca de informações e ideias é de enorme valia”, analisa Corrêa.

“Não posso deixar de expressar meu testemunho quanto a efetiva participação Leandro Augusto Neves Correa, presidente da Anoreg-MS no evento, com quem mantive vários contatos durante a realização do Fórum, com troca de experiências com cartorários de outras regiões do país, que gentilmente me foram apresentados pelo presidente Leandro”, comentou também o desembargador do TJ/MS, Ruy Celso Barbosa Florence.



O diretor legislativo do CNB/CF, Leandro Augusto Neves Corrêa, e o desembargador do TJ/MS Ruy Celso Barbosa Florence participaram do XI Fórum Jurídico de Lisboa

“OS CARTÓRIOS TÊM UMA FUNÇÃO MUITO RELEVANTE PARA a evolução da República”

Procurador-geral da Justiça do MP/MS, Alexandre Magno Benites de Lacerda fala das metas para seu segundo mandato e da parceria do órgão com os cartórios extrajudiciais

A frente da Procuradoria Geral da Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MP/MS) pelo segundo mandato consecutivo, Alexandre Magno Benites de Lacerda foi o primeiro promotor de Justiça a ser nomeado para assumir o cargo mais alto da entidade. Ainda em seu primeiro mandato, assumido durante a pandemia, teve o desafio de inovar a forma de trabalho para manter a unidade e um único caminho a ser seguido.

Para o biênio 2022-2024, o procurador-geral obteve 97% de aprovação da classe para comandar o órgão. Do total de 219 eleitores, recebeu 211 votos. Houve quatro votos nulos, três em branco e uma ausência. O procurador atribui a votação expressiva que obteve na eleição à unidade institucional que foi fortalecida durante a sua primeira gestão.

Lacerda também foi nomeado para coordenar o Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais (GNACE) e o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP), cargo no qual compartilha as experiências exitosas do MP/MS com todos os Ministérios Públicos, da União e dos estados.

Em entrevista exclusiva à **Revista de Direito Notarial e Registral de MS**, o procurador-geral da Justiça do MP/MS fala sobre o desafio que foi assumir o cargo durante a pandemia em seu primeiro mandato e as transformações necessárias para realizar um trabalho coeso e que se tornasse referência nacional.

Para o procurador-geral da Justiça do MP/MS, Alexandre Magno Benites de Lacerda, o reconhecimento do trabalho do órgão em âmbito nacional se deve ao fato de terem aprendido a trabalhar em equipe e de forma empática





Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Em 2020, o senhor foi o primeiro promotor de Justiça a ser nomeado para assumir o cargo de procurador-geral de Justiça do Estado de MS. Qual balanço o senhor faz de sua primeira gestão à frente da Procuradoria Geral de Justiça do MP/MS?

Alexandre Magno Benites de Lacerda - Assumi o cargo no dia 4 de maio de 2020 já com tudo fechado, em lockdown, então a posse foi virtual, e a responsabilidade, tendo em vista que antes de ter sido procurador-geral, eu fui presidente da associação, tal como acontece na associação dos notários, eu era presidente da associação aqui no Estado e fui secretário-geral nacional, então com uma boa influência e contato tanto em Brasília como aqui no Estado, e cinco anos chefe de gabinete. Então eu precisava, naquele momento, assumir a Procuradoria Geral e dar um novo rumo para o Ministério Público, porque com a pandemia tudo estava fechado, não tinha como abrir uma investigação de saúde, de hospitais, de economia, de fechamento, de consumo, de crime organizado, pelo método tradicional de trabalho. Tivemos que inovar, e o exemplo é essa própria entrevista que está sendo dada aqui pelo Zoom, que a gente consegue, de fato, ter uma forma de contato com os promotores, e ao mesmo tempo despertar a coragem e a empatia nos membros do Ministério Público para retomarem imediatamente as atividades e irem para a linha de frente defender a sociedade. Foi extremamente difícil ter de comandar o que envolvia a defesa da sociedade nesse período do primeiro mandato. O desafio foi o de conseguir construir a unidade do Ministério Público para que conseguíssemos construir um único caminho, porque nós não tínhamos o direito de errar, pois as

pessoas estavam morrendo e estavam assustadas, e o Ministério Público precisava estar ali como construtor das políticas públicas, junto com o Executivo Federal, Estadual e Municipal, para proteger a sociedade juntamente com a polícia e com as equipes de saúde do Estado.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Este é o seu segundo mandato à frente da Procuradoria Geral de Justiça. Quais temas deverão receber prioridade durante este biênio?

Alexandre Magno Benites de Lacerda - Esse segundo mandato já vem como reflexo do que conseguimos construir. De fato, eu posso afirmar que o MP/MS é antes e depois da pandemia, porque nós aprendemos, sim, uma coisa que nós não sabíamos, que é trabalhar em unidade, porque todos os promotores e procuradores têm independência funcional, mas nós aprendemos a importância do trabalho em equipe, a importância de dialogar entre si, para que nós pudéssemos trabalhar buscando resultados efetivos para a sociedade, então o foco desse segundo mandato vem sendo resultados efetivos em favor da sociedade. E aí são as diversas áreas que nós atuamos, sempre no combate à corrupção, mas ao mesmo tempo de orientação do gestor público, de como investir melhor os recursos em favor da sociedade. É um trabalho muito mais de construção de soluções. Antigamente nós puníamos mais, hoje nós ajudamos a construir soluções, e, óbvio, aqueles que vão pelo mau caminho são responsabilizados. Da mesma forma é na justiça negociada, no Direito Penal, para os crimes de pequena monta serem negociados e os de grande monta serem direcionados para que o Poder Judiciário julgue mais rápido casos maiores de

crime organizado, de facções criminosas, de homicídio, estupro, os crimes que, de fato, merecem uma punição mais efetiva da sociedade. Não podemos deixar de lado também o Direito Ambiental, estamos vivendo uma onda de calor e, de fato, precisamos cuidar do meio ambiente, é a nossa casa esse Planeta, e nós trabalhamos isso muito forte.

Estamos discutindo agora o Pantanal, Bonito, muitas regiões que são muito importantes, as cabeceiras dos rios, as matas, as florestas, porque esse é um ponto fundamental da instituição. Outro ponto que é relevantíssimo é a questão do consumidor, saúde pública pós-pandemia. Tínhamos uma falta de leito de hospitais muito grande e nós conseguimos avançar e estamos trabalhando para que não retroceda a antes da pandemia. Então a saúde pública também é outro ponto que nós trabalhamos como prioridade na instituição. E a infância e juventude que é o futuro, a educação, especialmente a educação das nossas crianças. Nós trabalhamos firme, cobrando os municípios, a Primeira Infância, o Estado de Mato Grosso do Sul e o próprio Governo Federal para que nós possamos mudar a cara do Brasil, porque tudo passa pela educação e pelas nossas crianças.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Quais devem ser as principais metas e desafios para este mandato?

Alexandre Magno Benites de Lacerda - O papel do Ministério Público não é de ser advogado de uma pessoa e muito menos de ser um órgão de acusação, como muitas vezes as pessoas veem na TV. Precisamos, cada vez mais, o Ministério Público, nos aproximar da sociedade, essa é a meta número um de nossa gestão, entender, de fato, os problemas da sociedade, para que nós possamos, assim, estar presentes. Hoje

eu posso afirmar, que aqui no Estado de Mato Grosso do Sul, todas as grandes demandas, todos os casos que envolvam saúde, educação, meio ambiente, combate à corrupção, combate ao crime organizado, aos crimes de violência contra a mulher, aos crimes de violação dos direitos humanos, à violação de prerrogativas de crimes de racismo, de homofobia, qualquer crime, e qualquer violação da sociedade, todos, 100%, terão o Ministério Público à frente, discutindo, debatendo e protegendo a sociedade. Essa é uma marca da minha gestão, juntamente com toda minha equipe e os promotores de Mato Grosso do Sul. Por isso que nós somos, hoje, referência em todo Brasil. No último projeto do Conselho Nacional do Ministério Público, que tratava de boas práticas na área de segurança pública, 90% dos projetos era de Mato Grosso do Sul. O Mato Grosso do Sul vem sendo recordistas de projetos que são habilitados e vão para as finais para serem premiados. Tudo isso vem pós-pandemia, porque nós aprendemos a trabalhar em equipe e, mais do que tudo, trabalhar de forma empática.

“De fato, eu posso afirmar que o MP/MS é antes e depois da pandemia, porque nós aprendemos, sim, uma coisa que nós não sabíamos, que é trabalhar em unidade”

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - O senhor também foi nomeado para coordenar o Grupo Nacional de Coordenadores Eleitorais (GNACE) e o Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público (GNPP). Quais as principais pautas que têm sido conduzidas por esses grupos?

Alexandre Magno Benites de Lacerda -

As eleições são o clímax da democracia, que é uma das principais funções do Ministério Público, da mesma forma, o Patrimônio Público, a defesa do erário público. Eu estou defendendo, na verdade, não é o político que desviou, eu estou defendendo que o dinheiro da merenda chegue na boca das crianças carentes, que aquela criança que chega com fome na escola tenha comida para comer, para poder aprender. Para que aquela pessoa que chegue na fila do posto de saúde não seja morta pela ausência de atendimento médico. Então a importância que nós tivemos, repito, do pós-pandemia, a experiência que temos de trabalhar com unidade, e ter uma recente mudança na lei da improbidade administrativa, é o que nós estamos replicando conjuntamente com todos os Ministérios Públicos, da União e dos Estados, porque esse grupo nacional não é só estadual, é de todos procuradores-gerais, desde o procurador-geral da República até todos os procuradores-gerais. Então tem os coordenadores, no qual eu faço o papel da coordenação geral, tanto no Eleitoral quanto no Patrimônio Público, para que a gente possa, de fato, ter resultados efetivos para a sociedade, uma forma de trabalhar e de atuar perante os tribunais superiores que seja única, para que a sociedade saiba que os melhores membros da sua instituição, que pensaram o que há de melhor, possam chegar aos tribunais superiores com demandas sérias, com demandas

responsáveis, e que a condenação não seja revertida, porque, na verdade, quando é absolvido um corrupto, quem perde é a sociedade, quem perde é a criança carente e a pessoa pobre, que são, de fato, quem precisa do Estado mais do que todo mundo.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Como o senhor avalia o crescimento de parcerias entre cartórios extrajudiciais e órgãos públicos?

Alexandre Magno Benites de Lacerda -

Acho que a parceria é fundamental, porque o controle do registro público é função do Ministério Público. O Ministério Público tem o papel de zelar pela veracidade das informações constantes nos registros públicos, quer seja quando atuam os promotores nos processos judiciais como nos processos extrajudiciais. Os cartórios têm uma relevância muito importante para a evolução da República. Eu que sou filho de advogado conheci os cartórios na década de 80 e 90 e o que é hoje. Hoje os cartórios são altamente tecnológicos, altamente responsáveis. Essa segurança que os cartórios trazem para a sociedade, para a veracidade das informações públicas, dos registros públicos, é fundamental para o negócio, para o comércio, para o desenvolvimento de uma sociedade. O Ministério Público tem o papel de fiscalizar juntamente – óbvio que o principal fiscalizador é o Poder Judiciário por meio das corregedorias. Mas compete também ao Ministério Público, em N etapas e em N situações, se houver até fraude usurpando as funções que os cartórios fazem, que existe muito, investigar e responsabilizar quem faz o errado. Então tendo essas informações cartorárias como existe hoje, é fundamental para o fortalecimento da

PROGRESSO

“Essa segurança que os cartórios trazem para a sociedade, para a veracidade das informações públicas, dos registros públicos, é fundamental para o negócio, para o comércio, para o desenvolvimento de uma sociedade”



República e da democracia. Por isso o Ministério Público é parceiro dos cartórios, tem que fazer parte disso. E é boa para toda a sociedade essa parceria.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Atualmente tem alguma parceria entre o MP/MS e os cartórios extrajudiciais?

Alexandre Magno Benites de Lacerda - Tem diversas parcerias, na verdade a gente tenta avançar em muitas situações que vieram da via jurisdicional para a via diretamente Ministério Público e cartório. Também, no interior do Estado, os promotores sempre trabalham em conjunto quando tem investigação do patrimônio público, quando tem atuação própria judicial do Ministério Público, atuação extrajudicial, a gente sempre está em conjunto. E aí, de forma nacional, cada estado vem fazendo as suas parcerias, as suas construções, para aumentar esse relacionamento, como trocar informação de forma mais rápida, mais célere, para

que a gente possa atuar em conjunto nessas demandas que surgem e que é de atuação tanto do Ministério Público quanto dos cartórios.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS - Como o senhor avalia as mudanças na atividade jurisdicional ao longo desses anos e a desjudicialização de atos que passaram a ser realizados pelos cartórios extrajudiciais?

Alexandre Magno Benites de Lacerda - A evolução que houve dos cartórios, da qualidade do serviço, é uma coisa que é de encher os olhos. Quando verificamos a tecnologia avançada, a organização, o atendimento, a qualidade dos profissionais que lá atuam junto com os cartórios, os escreventes, e acaba vindo essa discussão. Porque o próprio Poder Judiciário, que vem assoberto com seu tamanho, com sua macro estrutura, muitas vezes a sociedade, quer que se traga para a via extrajudicial, como já é permitido

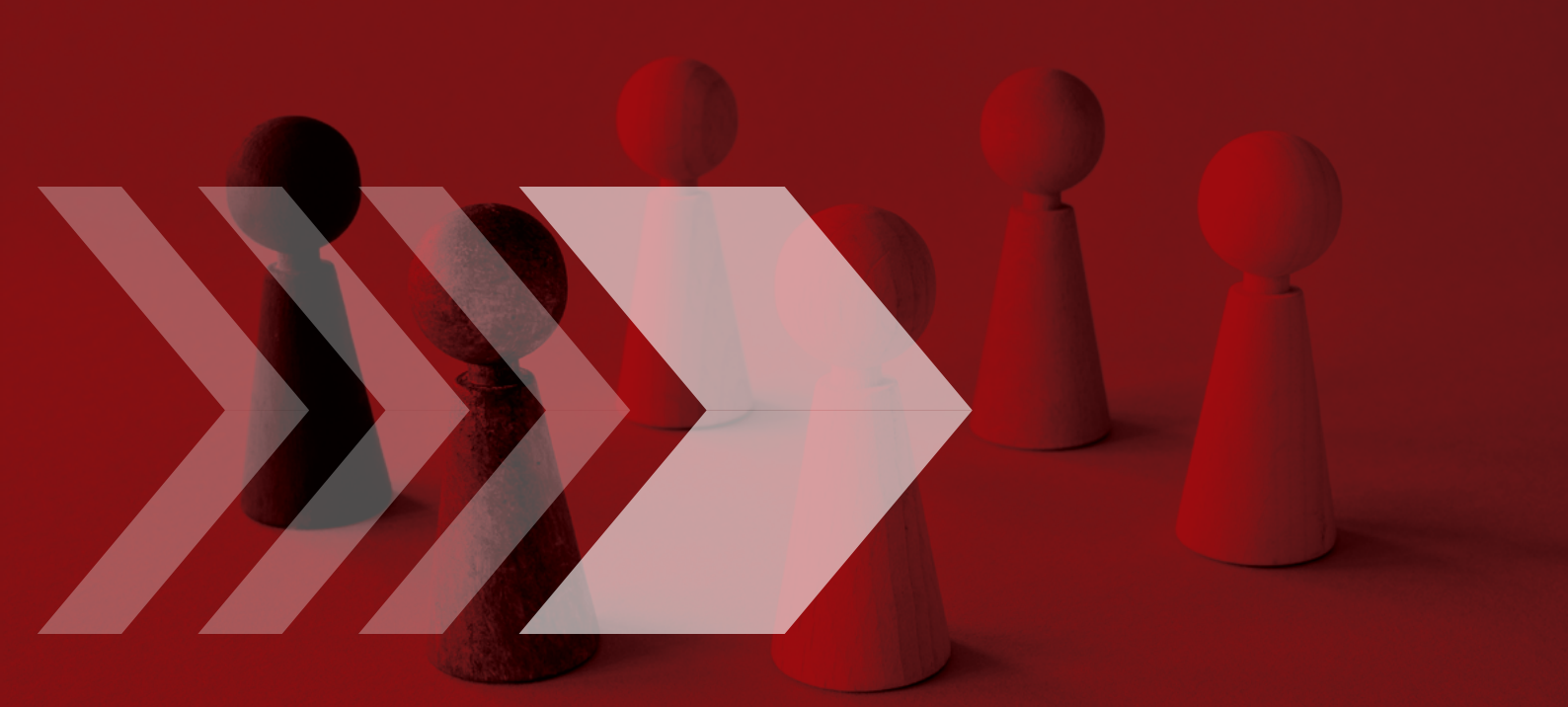
na legislação para acelerar as coisas. Eu vejo que é fundamental que o Parlamento brasileiro sempre faça essa reflexão e debata, de forma democrática, que ouça tudo, mas sempre com os limites do que é necessário se impor, o que compete ao Poder Judiciário, o que é matéria contenciosa, que tem divergência, não tem como fugir da jurisdição. Da mesma forma que o Ministério Público atua e busca, com o Parlamento, medidas para que a gente possa evitar a judicialização. É a mesma situação dos cartórios, a gente tem que tentar desburocratizar e evitar que chegue ao Judiciário aquilo que efetivamente possa ser solucionado na via negocial. E isso o Ministério Público, quando tem, participa e está lá presente junto aos cartórios. Quando forem essas situações que não tenham litígio, confronto, aí sim eu acredito que possa evoluir, mas é óbvio que sempre de uma forma responsável, através de um debate democrático no Poder Legislativo, que é o responsável, efetivamente, por legislar.

Respeito à identidade:

MS REGISTRA AUMENTO NOS PEDIDOS
DE REDESIGNAÇÃO DE NOME E GÊNERO
EM CARTÓRIOS DE REGISTRO CIVIL

Regulamentada em todo o país em 2018, retificação
é realidade nos cartórios de Mato Grosso do Sul





Passados cinco anos desde a autorização nacional para que os Cartórios de Registro Civil sul-mato-grossenses realizem mudanças de nome e sexo de pessoa transgênero, o número de alterações cresceu 42,9% no estado e hoje totalizam 21 atos realizados, sem a necessidade de procedimento judicial e nem comprovação de cirurgia de redesignação judicial, também conhecida como transgenitalização.

Regulamentada em todo o país em 2018, após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a mudança de sexo em Cartório foi regulada pelo Provimento nº 73 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que passou a vigorar em junho do mesmo ano.

Titular do 9º Serviço Notarial e 2ª Circunscrição do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Campo Grande (MS) e diretor da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Estado de Mato Grosso do Sul (Arpen/MS), Lucas Zamperlini ressaltou que a possibilidade foi uma mudança de paradigma, pois antes praticamente tudo que se relacionava ao nome tinha a percepção de imutável, inalterável. Ele explica que até da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que culminou no Provimento nº 73/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), eram raros os casos de alteração de nome e gênero pela via judicial, e, ao trazer o procedimento todo para o cartório, acabou se tornando mais célere e acessível, garantindo, de fato, esse direito à população transgênero.

No primeiro ano de vigência da norma – junho de 2018 a maio de 2019 - foram contabilizadas sete redesignações, enquanto no último ano – junho de 2022 a maio de 2023 – foram registradas dez redesignações de gênero, um aumento de 42,9%

Entre as redesignações de gênero, as mudanças para o sexo feminino prevalecem. No primeiro ano da nova regulamentação – junho de 2018 a maio de 2019 – foram quatro redesignações do sexo masculino para o feminino, três do feminino para o masculino. Já no último ano da norma - junho de 2022 a maio de 2023 – foram registradas oito mudanças de masculino para feminino, duas de feminino para masculino.

Para Zamperlini, o crescimento se deu principalmente devido a informação. “Como é um ato relativamente novo, não é de conhecimento geral da população. Com o passar do tempo e com a informação desse serviço chegando a quem precisa dele, os números podem aumentar mais”, destacou.

Ele ainda explica que a sociedade é dinâmica e nem sempre as instituições estão preparadas para todas as mudanças tão rapidamente, o que gera certo desconforto. No entanto, Zamperlini vê a jurisprudência caminhando um pouco mais rápido que o Legislativo, pois os casos concretos acabam chegando ao Judiciário antes que a sociedade clame por mudanças na legislação.

“Vejo essa evolução como essencial para pacificação social e enquanto operadores do direito e prestadores de serviço públicos, devemos estar sempre atualizados para enfrentar os desafios que nos são postos dia a dia”, disse.

Zamperlini reflete ainda que o fato de os cartórios estarem presentes em todos os municípios e até em alguns distritos, o cotidiano de toda a população passa pelo cartório. “Registramos a vida civil com os nascimentos, casamentos e óbitos, nas escrituras e registros imobiliários garantimos segurança jurídica nos negócios, entre outros atos do dia a dia como reconhecimentos de



Para o diretor da Arpen/MS, o tabelião e oficial de registro civil Lucas Zamperlini, com o passar do tempo e com a informação do serviço chegando a quem precisa, os números podem aumentar mais



Para o secretário da Anoreg/MS, o oficial de registro de imóveis Naymi Torres, a autorização normativa para o procedimento integralmente extrajudicial tem impacto considerável na quantidade de retificações

“Ao permitir as demandas sociais aos cartórios, o Estado garante efetividade e dignidade para todos, pois os cartórios são acessíveis, mais rápidos na resolução das demandas e com um custo baixo de seus serviços”

Lucas Zamperlini,
diretor da Arpen/MS

“Os cartórios se mostram essenciais aos cidadãos em vários momentos, exercendo função social relevante em prol da dignidade humana, da cidadania, dos fundamentais direitos de propriedade e moradia, da economia e do desenvolvimento nacional”

Naymi Torres,
secretário da Anoreg/MS

firma, registro de associações, protesto de títulos”.

Ao permitir as demandas sociais aos cartórios, o Estado garante efetividade e dignidade para todos, pois os cartórios são acessíveis, mais rápidos na resolução das demandas e com um custo baixo de seus serviços, ressaltou o titular.

Naymi Torres, secretário da Associação de Notários e Registradores do Estado de Mato Grosso do Sul (Anoreg/MS) e oficial de registro de imóveis de Terenos (MS), acredita que existia uma grande demanda reprimida pelo rigor anterior, que exigia cirurgia de redesignação de sexo e procedimento judicial antes da retificação propriamente dita.

“Com a autorização normativa para o procedimento integralmente extrajudicial, numa desburocratização manifesta, e diante da eficiência da atividade, visualizamos um impacto considerável na quantidade de retificações”, destacou.

Ainda, segundo o oficial, na medida em que a sociedade se modifica, avança ou retrocede, há necessidade de alteração do direito, visando adequação. “Em outras palavras, legisladores e juristas não conseguem prever o futuro, ou seja, vivem numa constante busca de ajustes do direito à sociedade atualmente existente”, disse Torres.

Ao finalizar, Torres ressaltou que os cartórios se mostram essenciais aos cidadãos em vários momentos, exercendo função social relevante em prol da dignidade humana, da cidadania, dos fundamentais direitos de propriedade e moradia, da economia e do desenvolvimento nacional. “Enfim situações nas quais podem cancelar com segurança jurídica os atos e negócios jurídicos com o fito de garantir liberdade e igualdade, ao passo em que evita litígios.”



Como fazer?

1 Apresentar documentos pessoais

- Comprovante de endereço;
- Certidões dos distribuidores cíveis, criminais estaduais e federais do local de residência dos últimos cinco anos;
- Certidões de execução criminal estadual e federal, dos Tabelionatos de Protesto e da Justiça do Trabalho.

2 Oficial de registro deve realizar uma entrevista com o (a) interessado.

3 Cartório de Registro Civil comunica o órgão competente sobre a redesignação de nome e sexo, assim como aos demais órgãos de identificação sobre a alteração realizada no registro de nascimento.

4 A emissão dos demais documentos deve ser solicitada pelo (a) interessado (a) diretamente ao órgão competente por sua emissão.



Redesignações de nome e gênero ano a ano em Mato Grosso do Sul

2018 **1**

2019 **8**

2020 **1**

2021 **0**

2022 **7**

2023 **4**

Total **21**

LEGISLATIVO

“OS CARTÓRIOS DESEMPENHAM
UM PAPEL FUNDAMENTAL

na vida dos
cidadãos”

Para o deputado estadual Pedro Pedrossian Neto (PSD-MS), o serviço extrajudicial é responsável por proporcionar legalidade e autenticidade de documentos e atos da vida civil





Pedro Pedrossian Neto começa seu primeiro mandato como deputado estadual de Mato Grosso do Sul em fevereiro de 2023. Ele é formado em Ciências Econômicas, mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e já estudou na Dwight School, em Nova York.

Na área acadêmica, atuou como professor, também na PUC-SP. Coordenou a Economia Internacional da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e foi secretário-adjunto na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (Seprotur).

Mais recentemente, Pedro Pedrossian Neto cumpriu a função de secretário de Finanças e Planejamento de Campo Grande (Sefin). Disputou mandato pela primeira vez nas eleições de 2022 e conquistou 15.994 votos.

Neto do ex-governador do Estado Pedro Pedrossian, o novo deputado é casado e tem dois filhos. Em entrevista à **Revista de Direito Notarial e Registral de MS**, ele fala sobre as políticas que permeiam seu mandato e sobre o trabalho dos cartórios sul-mato-grossenses.

Segundo o deputado, “os cartórios desempenham um papel fundamental na vida dos cidadãos”.

Segundo o deputado estadual Pedro Pedrossian Neto (PSD-MS), a Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral é uma iniciativa importante, pois visa aprimorar o sistema de registros

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Quais os maiores desafios e conquistas como deputado estadual pelo Mato Grosso do Sul?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Os desafios são diversos, mas considero os encaminhamentos das pautas que defini no meu mandato como conquistas. A luta pela volta da ferrovia, no que diz respeito à relicitação da Malha Oeste, é uma delas. Trouxemos a população dos municípios diretamente ligados, que são Sidrolândia, Maracaju, Dourados e Ponta Porã (regiões produtoras), para o debate, por meio de audiências públicas feitas nestes locais. Ouvimos e obtivemos o apoio da população neste pleito, que é de total interesse deles. Estamos na busca por redução do pedágio da BR-163, bem como a execução da concessão da CCR-MSVia, administradora da rodovia. Levamos a situação ao Ministério Público Federal, que recebeu a denúncia e pode investigar o contrato futuramente. A saúde é outro tema que estamos discutindo desde o começo do mandato. Apresentei um projeto de lei que modifica a forma de contratação de hospitais filantrópicos com o Poder Público e, atualmente, está sob análise da CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final). No legislativo, as coisas levam tempo em cada etapa, mas estamos trabalhando.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Quais as metas que ainda vislumbra para os próximos meses à frente do cargo legislativo?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Como disse no início do meu mandato, estou pronto para trabalhar e tenho trabalhado bastante por projetos de infraestrutura, desenvolvimento, de saúde e no social. O que vislumbro para os próximos anos é obter os resultados das pautas que elenquei como prioritárias, buscando

“Estou pronto para trabalhar e tenho trabalhado bastante por projetos de infraestrutura, desenvolvimento, de saúde e no social”

ativamente, seja em Brasília, no Governo do Estado, em Campo Grande e nos demais municípios do interior, as soluções necessárias para conseguir trazer os benefícios que a população precisa e quer.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Além de ser deputado estadual, o senhor também é presidente do diretório municipal do PSD de Campo Grande. Qual a importância de ocupar este cargo?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Este é um cargo que comecei a exercer em julho deste ano e levo, assim como meu mandato, com seriedade e proposição. O que tenho dito é que o PSD é um partido grande no Brasil e assim precisamos fazer em Mato Grosso do Sul. Nossa meta é reconstruir, unir e projetar o partido no Estado, pensando nas eleições de 2024.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Como avalia o conflito fundiário entre produtores rurais e povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul? Essa é uma pauta que vem acompanhando de perto?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Eu defendo a paz no campo e, nas minhas

falas sobre o assunto, abordo que a omissão constitucional do Estado brasileiro é o maior responsável por incentivar guerra entre indígenas e produtores rurais. Precisamos corrigir essa lacuna e buscar soluções que tragam estabilidade e também segurança jurídica. Acompanho o assunto com a bancada federal e em reuniões que já fiz sobre as PECs (Propostas de Emenda à Constituição) que estão em debate no Congresso Federal.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Como classifica as alianças feitas durante o seu mandato? Quais são as instituições e parceiros no processo de desenvolvimento do seu cargo legislativo?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - O mandato é do parlamentar, mas precisamos de diálogo aberto, tanto com os colegas da Assembleia Legislativa, quanto com o governo estadual, para dar andamento aos projetos de lei e demais proposições que fazemos. Classifico como positivos os diálogos e a relação como um todo.

“O que tenho dito é que o PSD é um partido grande no Brasil e assim precisamos fazer em Mato Grosso do Sul. Nossa meta é reconstruir, unir e projetar o partido no Estado, pensando nas eleições de 2024.”

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – A Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral foi oficialmente assinada e protocolada no dia 18 de abril no Congresso Nacional. Como avalia a importância dessa iniciativa?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - A Frente Parlamentar do Serviço Notarial e Registral é uma iniciativa importante, pois visa aprimorar o sistema de registros, contribuindo para a eficiência e a segurança jurídica.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Os Cartórios têm sido um importante braço do Poder Judiciário no crescente movimento de desjudicialização. Como avalia os benefícios destes avanços para a população?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Tudo que simplifica a vida da população é bem-vindo. Neste caso, processos de divórcios e inventários, que poderiam abarrotar a Justiça, acabam sendo solucionados por meio dos cartórios. Então, é de grande importância.

Revista de Direito Notarial e Registral de MS – Como avalia a importância do trabalho dos Cartórios brasileiros e seu diálogo com o Poder Legislativo sul-mato-grossense?

Dep. Pedro Pedrossian Neto - Os cartórios desempenham um papel fundamental na vida dos cidadãos, uma vez que lida com registros civis, imobiliários, notificações e autenticações, trazendo legalidade e autenticidade de documentos e atos da vida civil. Desta forma, é de suma importância o diálogo com o Poder Legislativo, para que sempre estejamos atentos às eventuais revisões, melhorias e modernização necessárias, além da criação de políticas públicas no setor.

De acordo com o deputado estadual Pedro Pedrossian Neto (PSD-MS), processos de divórcios e inventários, que poderiam abarrotar a Justiça, acabam sendo solucionados por meio dos cartórios



Quase 60% das dívidas ENVIADAS A PROTESTO SÃO PAGAS EM ATÉ TRÊS DIAS

Levantamento conduzido pelos Cartórios mostra que quando uma dívida é enviada a protesto até 15 dias, a chance de ser paga pelo devedor é de 59%

Com 736.977 empresas fechadas no país no primeiro quadrimestre de 2023 e um cenário econômico cada vez mais instável, manter a saúde financeira dos negócios tem sido a prioridade de empresários e prestadores de serviço no país. Uma das formas mais eficazes de reaver valores não pagos por produtos ou serviços e evitar que um calote se perpetue, é enviar a dívida para protesto o mais rapidamente possível.

Levantamento inédito conduzido pelos Cartórios do Brasil mostra que quando uma dívida é enviada a protesto até 15 dias após o seu vencimento, a chance de ser paga pelo devedor em até três dias a partir do momento de sua intimação é de 59%. A quitação neste período impede que o nome da pessoa seja protestado.

Ainda segundo o estudo, quando o débito não é pago nos primeiros três dias após a intimação, apenas 37% das dívidas enviadas até 15 dias de vencidas continuam protestadas, já que o devedor acaba quitando rapidamente o seu débito. De

“Os Cartórios de Protesto prestam um relevante serviço dentro do processo de cobrança e são importantes pela especificidade de sua natureza jurídica”

**Federação Brasileira de Bancos
(Febraban)**



forma proporcional, quanto mais tarde uma dívida é enviada ao Cartório de Protesto menor é a chance de o empresário reaver de forma imediata os valores pelos produtos ou serviços que prestou.

Por mais que se demore para o devedor vir a fazer o pagamento, o certo é que em algum momento isso ocorrerá, uma vez que o registro do protesto interrompe o prazo de prescrição, isto é, ela não caduca até ser quitada pelo devedor. Assim, para que os devedores voltem a ter acesso a

créditos corporativos, será preciso limpar seu CNPJ ou CPF pagando-se o que deve ao credor.

Para o tabelião de Notas e Protesto da Comarca de Terenos (MS) Julian Gonçalves da Silva, a recuperação do crédito está diretamente ligada à efetividade da intimação pessoal do devedor. O índice de recuperação do crédito em 59%, se realizado nos primeiros 15 dias do vencimento do débito, reflete essa questão; nestas situações, o endereço



Para o tabelião de Notas e Protesto da Comarca de Terenos (MS) Julian Gonçalves da Silva, a recuperação do crédito está diretamente ligada à efetividade da intimação pessoal do devedor

“Diferentemente de mera negatificação nos órgãos de proteção ao crédito, o registro do protesto traz consequências diárias ao devedor, que se vê, por vezes, sem linha de crédito com fornecedores ou perante instituições financeiras”

Julian Gonçalves da Silva,
tabelião de Notas e Protesto da
Comarca de Terenos (MS)

Conheça os números do Brasil relacionados ao tempo de vencimento do título nos Cartórios de Protesto

Bancos DMI e DSI	Enviado para protesto depois de 15 dias do vencimento e até 30 dias	%	Enviado para protesto até 15 dias do vencimento	%
apresentados	3.803.953		679.755	
irregulares	110.999		28.111	
saldo	3.692.954	100%	651.644	100%
pagos	1.858.551	50%	242.948	37%
protestados	1.363.218	37%	337.025	52%
desistências	340.704	9%	47.098	7%
cancelados	130.481	4%	24.573	4%

Fonte: IEPTB/BR

indicado pelo apresentante ainda é, em sua grande maioria, o endereço atual do devedor, aumentando as chances da notificação pessoal e, conseqüentemente, do pagamento do débito em cartório.

Ainda de acordo com ele, “a existência de um protesto incomoda, e muito, o devedor. Diferentemente de mera negatificação nos órgãos de proteção ao crédito, o registro do protesto traz conseqüências diárias ao devedor, que se vê, por vezes, sem linha de crédito com fornecedores ou perante instituições financeiras”.

“Sendo assim, todo esse incômodo gerado pelo protesto coloca a dívida em caráter prioritário no rol das negociações, dando celeridade à satisfação do débito”, complementa o tabelião.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), “os Cartórios de Protesto prestam um relevante serviço dentro do processo de cobrança e são importantes pela especificidade de sua natureza jurídica e atribuições de fé-pública que agregam segurança jurídica”.

“Além de parceiros de grandes players do mercado, a capilaridade dos Cartórios de Protesto contribui principalmente para os pequenos empresários e empreendedores, que podem contar com maior segurança jurídica e melhor estrutura de cobrança de seus créditos. Com 41 instituições financeiras aderentes, só em 2022 foram mais de 4,3 milhões de títulos protestados, os quais representam R\$ 12 bilhões em volume financeiro”, diz a Febraban em nota.

8º Ofício da Comarca

DE CAMPO GRANDE (MS) INVESTE EM ESTRUTURA MAIS ESPAÇOSA E CONFORTÁVEL

Titular da serventia desde 2015, Débora Catizane conta que um espaço próprio e sob medida era um sonho para atender melhor a população

Fundado em 1966, o 8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS) está prestes a ganhar uma nova sede. A nova estrutura foi projetada nos mínimos detalhes para atender a população do município com bastante espaço e conforto.

Administrada pela tabeliã Débora Catizane de Oliveira Franco, desde outubro de 2015, quando foi aprovada no IV Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Mato Grosso do Sul, a serventia terá uma nova estrutura com ambiente agradável e estacionamento próprio para comodidade dos clientes.

“Apesar de ser um Cartório 99,9% digital, cujas demandas são facilmente resolvidas virtualmente, o Cartório Catizane contará com nova sede, bem espaçosa e projetada

“Apesar de ser um Cartório 99,9% digital, cujas demandas são facilmente resolvidas virtualmente, o Cartório Catizane contará com nova sede, bem espaçosa e projetada nos mínimos detalhes para melhor atender a população”

Débora Catizane de Oliveira Franco, titular do 8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS)



Projeto da fachada do 8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS)

nos mínimos detalhes para melhor atender a população. A ideia é ser um Cartório “Boutique”, com ambiente belo e agradável para nossos usuários e colaboradores”, explica a tabeliã.

Débora conta que a construção da nova sede sempre foi um sonho, pois, atualmente, o principal desafio da serventia é o espaço físico, que ficou pequeno para atender a população, o que motivou o desejo de construir uma nova sede sob medida. “Como tabeliã idealizei um estabelecimento amplo e agradável, para que possa atender ainda melhor a

sociedade. O projeto começou há três anos, com a compra do terreno”.

A titular do 8º Cartório de Notas de Campo Grande (MS) prestou vários concursos pelo Brasil, tendo sido aprovada em quatorze Estados. “Oficialmente, minha carreira na atividade extrajudicial iniciou em julho de 2013, como registradora de imóveis em Taquaritinga, interior de São Paulo. Posteriormente, em outubro de 2015, assumi a delegação de Notas do 8º Ofício (Cartório Catizane) da Comarca de Campo Grande. Ou seja, já são dez anos de delegação”.



O CARTÓRIO

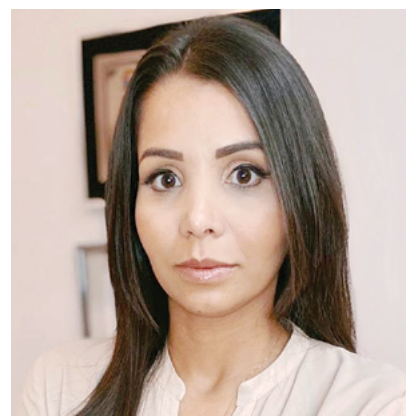
Os principais serviços prestados pelo Cartório Catizane são escrituras públicas em geral, como Venda e Compra, Doação, Divórcio, Inventário, Permuta dentre outras; Atas Notariais (de Usucapião, Adjudicação Compulsória, Constatação de Fatos etc), Procurações, Substabelecimentos, Revogações e atos de Balcão (abertura de cartão de firma, reconhecimento de firma por autenticidade e semelhança, e autenticação de cópias).

O Cartório Catizane se recicla, periodicamente, por meio de cursos, com objetivo de adequação e melhor compreensão das mudanças trazidas pela legislação e provimentos, como a digitalização de atos e medidas de proteção de dados estabelecidas pela LGPD. “Tudo para o fiel cumprimento da Lei e Normas”, explica a titular.

“As metas são manter um serviço de excelência e qualidade para nossos usuários”

Débora Catizane de Oliveira Franco, titular do 8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS)

Para Débora, as principais conquistas alcançadas pelo Cartório Catizane consistem em seu renome e reconhecimento por parte da sociedade. “As metas são manter um serviço de excelência e qualidade para nossos usuários”, conclui.



A titular do 8º Cartório de Notas de Campo Grande (MS), Débora Catizane de Oliveira Franco, assumiu a serventia em outubro de 2015, quando foi aprovada no IV Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga dos Serviços Notariais e de Registro de MS



Conforme a imagem do projeto, a nova sede do 8º Ofício da Comarca de Campo Grande (MS) terá sala de atendimento espaçosa e projetada para melhor atender a população



É um orgulho
ter **VOCÊ**
como cliente

São mais de 5000 cartórios como clientes

A única Gráfica 100% especializada em Cartório

Etiquetas



Melhores práticas, tecnologia e serviços em impressos, livros e etiquetas para o seu cartório, são alguns dos diferenciais que a JS tem para oferecer aos seus clientes.

Traslados



A única gráfica especializada em cartório, com equipe que desenvolve todas as etapas, desde a criação, escolha de materiais, elementos de segurança, provas e amostras, tudo num único lugar.

Capas



Linha completa de livros, etiquetas matriciais, etiquetas transtérmicas, traslados, certidões, envelopes, protetores plásticos, capas de escritura...

Certidões



Ligue, acesse nosso site ou agende uma vista.

Atendimento completo desde a criação até a entrega dos seus impressos.



CENTRAL DE ATENDIMENTO AO CLIENTE

TEL.:(11) 4044-4495

E-MAIL: VENDAS@JSGRAFICA.COM.BR - WWW.JSGRAFICA.COM.BR